



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

LEI Nº 1386 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

“Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não tributários da Administração Direta e Indireta e dá outras providências”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes e devedores da Fazenda Pública Municipal, tanto da Administração Direta quanto da Indireta, que efetuarem o pagamento de seus débitos tributários e não tributários ou firmarem termo de confissão de dívida para pagamento parcelado nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Os débitos tributários e não tributários de que trata a presente Lei são os considerados vencidos até o **ano fiscal de 2016**, ou seja, **31/12/2016** e que tenham valor igual ou superior a **R\$ 9.000,00** (nove mil reais), os quais poderão ser parcelados em até **60 (sessenta) parcelas, com os seguintes descontos**, permanecendo como fator de atualização dos débitos o índice relativo ao INPC:

I – para pagamento à vista, redução de **100%** dos juros e multa moratória;

II – para pagamento em até **04 (quatro) parcelas**, redução de **60%** dos juros e multa moratória;

III – para pagamento em até **12 (doze) parcelas**, redução de **40%** dos juros e multa moratória.

Art. 2º. Aos contribuintes e devedores que parcelarem os débitos de sua responsabilidade, de natureza tributária ou não tributária, previstas nesta Lei **em mais de 13 (treze) parcelas não terão direito aos descontos nos juros e multas.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Parágrafo único. O benefício previsto neste artigo será estendido aos contribuintes e devedores que estejam sendo cobrados em juízo, desde que, se tiverem embargado a execução ou de qualquer forma impugnado a pretensão do Município, desistam dos embargos ou impugnação e efetuem o pagamento do débito.

Art. 3º. Aos contribuintes e devedores, com débitos inferiores a **R\$8.999,00** (oito mil, novecentos e noventa e nove reais), mas confessarem seus débitos, poderão firmarem termo de parcelamento para pagamento em até **48 (QUARENTA E OITO) vezes**, de forma mensal, podendo ser concedidos os seguintes benefícios:

I – para pagamento à vista, redução de 100% dos juros e multa moratória;

II – para pagamento em até **04 (quatro) parcelas**, redução de 60% dos juros e multa moratória;

III – para pagamento em até **08 (Oito) parcelas**, redução de 40% dos juros e multa moratória.

§ 1º. O parcelamento concedido será em parcelas iguais, mensais e sucessivas, sem prazo de carência, sendo que cada parcela não terá valor inferior a **R\$ 50,00** (cinquenta reais) para pessoa física e **R\$ 200,00 (duzentos) reais** para pessoa jurídica.

§ 2º. Aos devedores em cobrança judicial, que confessarem os débitos e se comprometerem a efetuar o pagamento parcelado, nos termos deste artigo, serão concedidos iguais benefícios, desde que atendidas às condições estabelecidas no parágrafo único do art. 2º.

§ 3º. Os contribuintes ou devedores da Fazenda Pública Municipal, que confessarem seus débitos e firmarem termo de parcelamento, nos termos deste artigo, e não cumprirem o referido termo, ficando em atraso no pagamento por mais de **60 (sessenta) dias**, ou por **02 (duas) parcelas alternadas** perderão os benefícios de redução de juros e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

multa moratória, voltando o débito aos valores confessados, dando, assim ensejo à imediata execução fiscal a ser promovida pelo Município.

§ 4º. As reduções de que trata esta Lei, não se acumulam com outras previstas na Legislação Tributária em razão da data de pagamento, nem com qualquer outro benefício de mesma natureza.

§ 5º. O crédito tributário de que trata este artigo, será atualizado até a data do efetivo parcelamento.

§ 6º. Os benefícios previstos neste artigo, não alcançam as importâncias já recolhidas.

§ 7º. Os contribuintes que parcelarem seus débitos, após o pagamento da 1ª (primeira) parcela, terão certidões positivas, com efeito de negativas, com prazo de validade **não superior a 60 (sessenta) dias.**

Art. 4º. O parcelamento efetuado nas condições estabelecidas no artigo anterior abrangerá o principal, juros, multa, atualização monetária e demais encargos previstos em lei ou contrato, apurados à época de sua concessão, inclusive, aquele constituído somente de multa isolada por descumprimento de obrigação tributária acessória.

§ 1º. O parcelamento será pago mensal e sucessivamente, a partir da data do deferimento do requerimento, sendo que, incidirão sobre as parcelas vincendas, atualização monetária.

§ 2º. O pagamento da 1ª (primeira) parcela deverá ser efetuado no ato do deferimento do parcelamento.

§ 3º. O parcelamento ficará sem efeito, motivando a antecipação de todas as parcelas vincendas quando:

I – em se tratando de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, caso haja venda do imóvel sobre o qual tenham recaído as dívidas parceladas e ainda não vencidas, quando, inclusive, a liquidação do saldo remanescente, deverá preceder à respectiva transmissão do bem;





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

II – em qualquer caso, havendo declaração de falência ou recuperação judicial e,

III – em havendo inadimplência no pagamento das parcelas.

§ 4º. O não cumprimento do parcelamento nas condições estabelecidas nesta Lei, implica em sua desistência e em cancelamento automático do mesmo, com restabelecimento pleno da dívida e restauração das deduções eventualmente concedidas, subtraídos os valores pagos.

Art. 5º. O pedido de parcelamento importa em confissão irretratável e extrajudicial do débito e, implica em expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem na desistência em relação aos já interpostos.

Art. 6º. O devedor poderá promover a liquidação antecipada, total ou parcial do crédito parcelado.

Art. 7º. Os créditos, objetos de parcelamentos pretéritos, efetivados antes da vigência desta Lei, poderão, uma única vez, no interesse e conveniência do contribuinte, serem objeto de novo parcelamento, observados os critérios, limites e condições desta Lei, consolidando-se o saldo devedor, atualizado na data do requerimento do novo parcelamento.

Art. 8º. Na hipótese de ação judicial ajuizada pelo contribuinte, a concessão do benefício de que trata esta Lei, fica condicionada à desistência da ação e ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios, se for o caso.

Art. 9º. As dívidas tributárias já prescritas deverão ser dadas a respectiva baixa no sistema e, por consequência, não poderá haver recusa no tocante à emissão de certidão negativa de débito (CND).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Art. 10. Os contribuintes e devedores da Fazenda Municipal, poderão utilizar-se dos benefícios desta Lei, no período compreendido entre a sua publicação até o dia 31 de Outubro de 2017.

Art. 11. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 23 de agosto de 2017.

SAULO FALEIROS CARDOSO

Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA

Procurador Geral do Município